

Do Movimento Sertanejo do Contestado (1912-1916) à contemporaneidade – o domínio fundiário no Território do Contestado

The Backcountry Movement Contested (1912-1916) to contemporary times – the land domain in the Territory of the Contested

Alexandre Assis Tomporoski¹

Resumo: O movimento sertanejo do Contestado (1912-1916) decorreu de um intrincado conjunto de elementos. Contudo, no Território do Contestado, o domínio fundiário, outrora exercido pelos grandes proprietários rurais e pelo capital estrangeiro, representa motivação para adesão dos sertanejos às trincheiras do movimento. Pretende-se evidenciar que o domínio fundiário, do século XIX até a contemporaneidade, ainda permanece vigente neste território. Com este propósito, torna-se imprescindível apresentar dados e indicativos que corroborem a afirmação de que este fenômeno ainda se manifesta no território sob análise, e, tal como sucedeu há mais de um século, permanece influenciando a perpetuação da pobreza e exclusão social no Território do Contestado.

Palavras-chave: Movimento Sertanejo do Contestado, domínio fundiário, capital estrangeiro.

Abstract: The backcountry movement Contested (1912-1916) resulted from an intricate set of elements. However, in the Contested Territory, the land domain, once exercised by large landowners and by foreign capital, is motivation for membership of country person to move the trenches. It is intended to show that the land domain, the nineteenth century to the contemporary, still remains in force in this territory. For this purpose, it is essential to present data and indications corroborating the claim that this phenomenon is still present in the territory under review, and, as happened more than a century, it remains influencing the perpetuation of poverty and exclusion in the Contested Territory.

Keywords: Backcountry Movement Contested, land domain, foreign capital.

¹ Professor do Programa de Mestrado em Desenvolvimento Regional da Universidade do Contestado (UnC). Doutor em História pela UFSC. E-mail: alexandre@unc.br.

Introdução

As páginas a seguir apresentam um argumento que nasce a partir do pressuposto de que os historiadores e historiadoras não podem reduzir seu *metier* ao passado, mas, pelo contrário, são aqueles que empregam seu conhecimento sobre o acontecido para falar do hoje, do que se passa no presente. Na mesma direção, cabe destacar a afirmação de Agnès Chauveau e Philippe Tétart em sua argumentação acerca das questões para a História do Tempo Presente. Segundo os autores, "(...) o historiador é cada vez mais parte integrante do contemporâneo" (1999, p.15). Buscando inspiração nas reflexões realizadas pelos autores, o texto a seguir não foi redigido a partir de uma suposta neutralidade ou de um afastamento estéril. Foi sim elaborado tendo como motivação a ideia de que a história "é um fator de compreensão do presente e vetor de opinião para o corpo social" (1999, p.36) e que o historiador parte de seu presente, estando intrinsecamente ligado "por múltiplas fibras a seu tempo e à comunidade à qual pertence" (1999, p.78).

Deste modo, sem confundir o ofício do historiador com a militância, mas, também, sem negar a correlação entre o historiador e sua própria história, o objeto deste artigo consiste na tomada da contemporaneidade como recorte temporal, a partir do qual procuraremos (re)visitar o passado recente do território do Contestado, analisando alguns aspectos, coletando vestígios e identificando as permanências de certos elementos que caracterizam aquela sociedade nas instâncias social, política e econômica.

Cabe ainda rememorar outra afirmação de Marc Bloch. As palavras do mestre francês devem orientar a ação de todos e todas que vislumbram a construção de um mundo mais igualitário: "A ignorância do passado não se limita a prejudicar o conhecimento do presente, comprometendo, no presente, a própria ação" (2002, p. 22).

O movimento sertanejo do Contestado (1912-1916).

Embora a disputa entre os estados do Paraná e de Santa Catarina – a Questão de Limites – tenha assumido, durante muito tempo, a condição de causa principal para a eclosão da Guerra do Contestado, o avanço das pesquisas explicitou uma diversidade de motivações e de objetivos, conforme a região da zona contestada e os setores da sociedade que aderiram ao movimento. Machado assim sintetiza:

Para os habitantes de Taquaruçu e Perdizes, locais de origem do movimento, a rebelião foi o caminho trilhado após a violência que os coronéis e o governo, em sua totalidade, haviam praticado contra o monge José Maria. Para os sitiantes e posseiros dos vales do Timbó, Tamanduá e Paciência, era um meio de combater a presença cada vez

mais agressiva dos coronéis Fabrício Vieira e Arthur de Paulo e Souza, que desejavam estender suas propriedades e sua influência política sobre aquelas regiões. Para as oposições políticas formais aos chefes municipais de Curitiba e Canoinhas, significava uma oportunidade ímpar de minar o poder do coronel Albuquerque e do Major Vieira. Para os antigos maragatos de todo o planalto, a “guerra santa” significava a volta à ativa e uma chance de desforra contra os pica-paus (MACHADO, 2004, p. 259).

Ao considerarmos as motivações para adesão às trincheiras rebeldes, podemos identificar, no movimento sertanejo do Contestado, aspectos que permitem atribuir ao mesmo um caráter de conflito social, no qual os alvos dos revoltosos demonstraram a racionalidade intrínseca do movimento: o capital estrangeiro; o domínio político e fundiário dos coronéis; a exclusão da população nacional em detrimento do assentamento de estrangeiros; a injustiças praticadas por aqueles que ocupavam cargos nos governos das esferas estadual e federal.

Dentre os fatores que influenciaram a deflagração do movimento sertanejo, destaca-se a questão do domínio fundiário. No decorrer das décadas que precederam o movimento, a população cabocla gradativamente foi alijada do acesso a terra; processo que atingiu seu ápice no início do século XX, mas que desde o século XIX já restringia a disponibilidade de terras às camadas mais pobres daquela sociedade, em parte decorrente da Lei de Terras de 1850, e da prerrogativa de legislar sobre a terra, transferida da União para os estados, ampliando o poder dos coronéis e das oligarquias locais.

Portanto, a descentralização do controle sobre a terra agravou a situação dos pequenos posseiros e das populações indígenas do planalto catarinense, haja vista que possibilitou aos coronéis latifundiários ampliar seu controle fundiário, dadas as relações promíscuas que mantinham com autoridades estaduais e municipais – muitas das quais constituíam sua clientela política urbana, indicadas pelo próprio coronel.

A posse e o uso da terra representava recurso fundamental para a manutenção do modo de vida da população residente no Território do Contestado. Além de proporcionar a subsistência, especialmente às famílias caboclas, da terra advinham estreitas relações com as práticas socioculturais daquela população, consistindo um espaço de convivência, não apenas de produção.

A privatização da terra e a conseqüente restrição de acesso via apossamento afetou significativos contingentes populacionais daquela região, inclusive em decorrência do impedimento de adentrar as terras que continham matas de ervais nativos, até então devolutas, de onde se extraía a erva mate, outro elemento importante para a subsistência dos caboclos. Por conseguinte, os ervais nativos passaram ao domínio privado dos grandes proprietários ao lon-

go do século XIX e início do século XX. Um bilhete encontrado no bolso de um rebelde morto em combate sintetiza os ideais de luta daquelas pessoas: “Nóis não tem direito de terras, tudo é para as gentes da Oropa” (ASSUMPÇÃO, 1917, p. 246).

Além dos grandes proprietários de terras, amparados na legislação que os beneficiava e utilizando a estrutura do Estado em prol da obtenção de vantagens indevidas, o advento do capital estrangeiro impôs novas dificuldades aos moradores do planalto catarinense.

No ano de 1910, a *Southern Brazil Lumber and Colonization Company* instalou, no município de Três Barras, então território paranaense contestado por Santa Catarina, a maior serraria então em atividade na América do Sul. Durante o período de 1910-1940 ela explorou impiedosamente a Mata de Araucárias que predominava nas terras do Território Contestado, da qual, hodiernamente, permanecem apenas remanescentes da formação original.

Visando proporcionar uma percepção do domínio fundiário desencadeado pela *Lumber Company*, é possível citar Carvalho (2010), que ao discorrer sobre as terras compradas pela *Lumber Company*, explana: “No total até 1911 a companhia tinha cerca de 225.000 hectares de terras cobertas em sua maioria de florestas com araucária primárias.” (CARVALHO, 2010, p.233). Adiante, o mesmo autor esclarece que neste montante não estão incluídas as áreas de terras obtidas em concessão pela companhia, por força das cláusulas contratuais para construção da ferrovia. Depreende-se, deste fato, a avassaladora concentração fundiária promovida pela firma estrangeira. É preciso salientar que, realizando a conversão de 225.000 (duzentos e vinte e cinco mil) hectares em quilômetros quadrados, obtém-se, como resultado, 2.250 (dois mil duzentos e cinqüenta) quilômetros quadrados. Embora no montante da área de terras adquirida pela companhia se incluam fazendas localizadas no estado do Paraná, a título de comparação, considerando que a região do planalto norte catarinense – na qual se insere o Território do Contestado – abrange uma área de 11.041,365 km² (onze mil quarenta e um vírgula trezentos e sessenta e cinco quilômetros quadrados), verifica-se que a área de terras compradas pela *Lumber Company*, há mais de um século, correspondia a aproximadamente 20,38% (vinte inteiros e trinta e oito centésimos por cento) da atual configuração territorial da região do planalto norte catarinense. Em termos mais concretos, é algo verdadeiramente espantoso que uma empresa privada, controlada pelo capital estrangeiro, detivesse a propriedade e a posse de tamanha área de terras, cobertas por florestas nativas de Araucárias. Além disso, este montante corresponde apenas às áreas de terras adquiridas, não consideradas as ingentes áreas de terras que haviam sido recebidas em concessão por sua controladora, a *Brazil Railway Company*.

Além do domínio fundiário, o extrativismo de produção propiciado pelo controle da terra e desencadeado pelos interesses econômicos do capital estrangeiro, subtraiu, nas primeiras décadas do século XX, enorme parcela da riqueza natural daquela região. Conforme já mencionado, durante um período de aproximadamente trinta anos, iniciando-se em 1910 e estendendo-se até sua estatização, no ano de 1940, a *Lumber Company* gerou um impacto considerável no ecossistema da região do Planalto Norte Catarinense, ceifando milhões de árvores, dentre as quais: pinheiros ou araucárias, imbuías, canelas pretas, cedros e cabriúvas. De acordo com Carvalho (2010, p.276), “De 1911 a 1939 a Lumber produziu aproximadamente 1.524.378m³. Ou seja, a produção madeireira da Lumber em 27 anos (1912-1939) implicou no desmatamento de pelo menos 37 mil ha”. Portanto, realizando a conversão para quilômetros quadrados, estima-se que madeireira norte-americana tenha desmatado, no período de 1912-1939, pelo menos 370 (trezentos e setenta) quilômetros quadrados de matas nativas. Ou seja, representa algo em torno de 3,35% (três inteiros e trinta e cinco por cento) da área atual do Planalto Norte Catarinense. Ademais, é preciso considerar que, mesmo após a estatização, em 1940, a *Lumber Company* continuou operando e extraindo árvores nativas, cessando suas atividades somente em meados na década de 1950.

Embora os dados do extrativismo de produção da *Lumber Company* possam induzir uma percepção de que os impactos sobre a Mata de Araucárias não tenham sido tão relevantes, é necessário compreender que, em decorrência de diversos fatores, inerentes ao processo histórico, a companhia explorou uma reduzida parcela do potencial extrativista de que dispunha. Segundo Carvalho (2010, p.276), “No relatório de 1910 da Brazil Railway, avaliava-se, de acordo com os experts da Lumber, em 4 bilhões de pés BM (9.440.000 m³) de madeira disponível para serrar o total das madeiras existentes nessas fazendas”. Presumindo a ausência de restrições ao processo extrativista, e a inexistência de limitações à demanda do mercado consumidor, hipóteses que propiciariam a realização plena do potencial extrativista, a exaustão da reserva de 9.440.000 m³ (nove milhões, quatrocentos e quarenta mil metros cúbicos) teria implicado, proporcionalmente, em 229.130 hectares devastados, o que corresponderia a 20,75% (vinte inteiros e setenta e cinco centésimos por cento) da atual configuração territorial do planalto norte catarinense.

Na região do meio oeste, especialmente no Vale do Rio do Peixe, a atuação dos seguranças da ferrovia construída pela *Brazil Railway Company* culminou na expulsão e assassinio de expressivo contingente populacional, “uma onda de terror varreu todo o território” (VINHAS DE QUEIROZ, 1966, p.73). No caso do planalto norte catarinense, as referências à

atuação violenta de homens armados contratados pela *Brazil Railway Company* ou por sua subsidiária, a *Southern Brazil Lumber and Colonization Company*, apesar de recorrentes, carecem de verificação empírica.

Esses indícios apontam para uma elevada tensão social no território do Contestado, envolvendo três fatores distintos: o interesse do capital estrangeiro, representado pela *Lumber Company*, em ampliar seu domínio sobre a região do vale do rio Timbó; as disputas envolvendo a Questão de Limites, pano de fundo para os enfrentamentos relatados nas páginas de jornais da época; e as ações executadas pelos coronéis da região. Entre os interesses dos estados do Paraná e de Santa Catarina, das companhias estrangeiras (*Brazil Railway Company* e *Lumber Company*), e dos coronéis – precipuamente de Arthur de Paula e Fabrício Vieira – situava-se a população cabocla, formada por pequenos posseiros, que ainda resistia.

No mês de novembro de 1911, menos de um ano antes da batalha do Irani – marco inicial da Guerra do Contestado – a Estrada de Ferro São Paulo – Rio Grande publicou um edital que proibia a ‘invasão’ e ‘ocupação’ de terrenos pertencentes à companhia, tanto nas margens do Rio do Peixe, como em outras localidades onde, “por concessão estadual, a Companhia de Estrada de Ferro possui terras que já foram ou estão sendo medidas e demarcadas por ela” (O Palmense, 05/11/1911). Aqueles posseiros que não aceitavam a determinação e continuavam ocupando as terras, repentinamente de propriedade da companhia estrangeira, recebiam a visita do Corpo de Segurança da empresa, cujas práticas violentas eram bastante eficazes e representavam o modo como a população pobre nacional era tratada em casos de reintegração de posse.

Um breve levantamento dos alvos da ofensiva sertaneja rebelde demonstra que o capital estrangeiro – a ferrovia e a *Lumber* – figurou entre seus principais objetivos estratégicos. Os sertanejos realizaram incursões sobre as estações da Estrada de Ferro São Paulo – Rio Grande, destruindo muitas delas e interrompendo a circulação das linhas regulares. Em Calmon, onde funcionava uma filial da *Lumber Company*, os rebeldes, além de atacarem as estações da ferrovia, incendiaram e causaram a total destruição da serraria americana.

Em fins de janeiro de 1914, propagou-se a notícia de um iminente ataque que seria desferido contra a sede da *Lumber*, em Três Barras. Uma mensagem telegráfica, transmitida da sede da empresa ao chefe de polícia do Paraná, solicitou a proteção da localidade e, principalmente, das propriedades daquela companhia. Na capital paranaense, imediatamente embarcou um contingente do Regimento de Segurança do Paraná, que deveria reforçar as defesas e proteger a empresa. Aquele era um objetivo estratégico dentro da ampla ofensiva deflagrada

pelos rebeldes no segundo semestre de 1914. Naquele ano, em 29 de setembro, o ataque contra a sede da empresa foi executado, mas os rebeldes foram rechaçados, tanto pelas forças legais quanto por significativo número de combatentes mantidos pela própria empresa, seu Corpo de Segurança, que chegou a contar com quase trezentos homens.

O embate dos posseiros, sitiados e mesmo proprietários de maior vulto contra a *Lumber Company*, materializou-se pela atuação de um dos principais líderes rebeldes na região norte do território conflagrado, Aleixo Gonçalves de Lima, que mantinha com a *Lumber* feroz disputa por uma área de terras situada ao sul de Três Barras, registrada em cartório de Santa Catarina. A família Pacheco ocupou as terras, realizou o registro em cartório paranaense e, em seguida, vendeu para a companhia americana. “Afirma-se que a invocação do nome de Aleixo fora bastante para levantar em armas centenas de sertanejos, muitos dos quais também expulsos de suas terras graças a manobras da empresa norte-americana...” (VINHAS DE QUEIROZ, 1966, p.166).²

Sendo assim, parece razoável a afirmação de que um dos motivos mais contumazes para a adesão dos sertanejos aos redutos, durante o movimento sertanejo, decorreu da sublevação contra as amplas doações de terra em prol das empresas estrangeiras e de sua expansão fundiária, processo que os afugentava das terras que consideravam suas por direito e justiça. Certamente a leitura feita pelos integrantes do movimento compreendia a expulsão das terras como parte de um processo mais amplo, que tinha origens políticas e classistas profundas: “(...) O governo da República toca os Filhos Brasileiros dos terrenos que pertence à nação e vende para o estrangeiro, nós agora estemo disposto a fazer prevalecer os nossos direitos” (PEIXOTO, 1916, p.74).

O território do Contestado na contemporaneidade: perpetuação do domínio fundiário.

O movimento sertanejo do Contestado (1912-1916) desenvolveu-se a partir de um intrincado conjunto de elementos, alguns dos quais se influenciaram mutuamente. Todavia, a luta pela terra – em diferentes sentidos – constituía a base de mobilização dos sertanejos. Após o cerco impingido aos rebeldes pela estratégia do general Setembrino de Carvalho, o movimen-

² Em entrevista a Paulo Pinheiro Machado, Gilberto Kopecki, acerca do processo de ocupação e expulsão dos posseiros das terras por parte da *Lumber*, declarou: “Em alguns lugares tiravam à força mesmo, com capangas. Em outras situações eles obrigavam o pessoal a assinar um papel em branco. Quem fez isto aqui foi o Nereu Ramos, que era advogado da *Lumber*. O Nereu, mesmo novo, tinha muita autoridade sobre as pessoas, era filho do Governador Vidal. Ele reuniu o pessoal dizendo que era para assinar em branco os papeis, que todos iam ter suas terras regularizadas. Que nada! As assinaturas serviam para as pessoas renunciarem ao direito de posse. Isto minha mãe viu pessoalmente, aconteceu mesmo”. (MACHADO, 2004).

to chegou ao fim em 1916. No entanto, a *Lumber Company*, diretamente envolvida na elevação da tensão social que precedeu a deflagração do movimento sertanejo, permaneceu instalada naquele território, desenvolvendo suas atividades predatórias pelas décadas subseqüentes.

Posteriormente à retomada do controle pelas forças legais, a empresa voltou a obter elevados lucros com a extração e exportação da madeira e erva-mate. Tal conjuntura perdurou até sua estatização, no ano de 1940, via decreto assinado por Getúlio Vargas.

Contudo, os métodos utilizados para manter a próspera ‘colheita do dólar’ não se restringiram ao período compreendido entre o término do conflito e o encerramento das atividades operacionais da *Lumber Company*.

Não obstante transcorrer mais de um século desde que a *Lumber Company* iniciou suas atividades operacionais, na contemporaneidade, observa-se, no Território do Contestado, a continuidade de um modelo econômico baseado no extrativismo, do qual advém problemas de ordem social, econômica e ambiental, impondo severas restrições àquele território.

No Território do Contestado, inclusive, a partir do final dos anos 1960, em substituição à araucária, deu-se o fenômeno da introdução de novas espécies de vegetação – árvores exóticas, como o *Pinus illiottii* – e desde então tais árvores têm sido destinadas como fonte primária de matéria-prima às indústrias de celulose, papel e móveis. O interesse comercial decorreu, principalmente, do período de tempo reduzido entre a plantação e o corte do *pinus*, comparativamente a outras espécies nativas de árvores.

A introdução do *pinus* favoreceu a continuidade do processo de extrativismo de produção e, além disso, a utilização desta espécie exótica ocasionou outras perturbações ao processo de desenvolvimento sustentável do Território do Contestado. A disseminação dos reflorestamentos, privilegiando esta monocultura, reduz as áreas que poderiam ser utilizadas para diversificação produtiva, além de avançar sobre os remanescentes da Floresta Ombrófila Mista.

Cabe destacar, também, que sobreveio a intensificação da exploração comercial da erva-mate, pelas médias e grandes ervateiras que dominam o setor, restringindo o acesso, conforme já mencionado, a elemento historicamente fundamental para subsistência de segmentos mais fragilizados da sociedade. Esse domínio desestimula a busca, por exemplo, pela agregação de valor à erva-mate, matéria-prima de altíssima qualidade produzida na região.

Ressalta-se as dificuldades para superação do modelo econômico vigente, amparado em produtos primários, os quais não necessitam de beneficiamento, reduzindo o valor agregado e desestimulando o crescimento econômico. Uma consequência diretamente observável,

decorrente da continuidade desse modelo, virtualmente esgotado, consiste na proliferação de problemas sociais que afligem o Território do Contestado, o qual, embora integre um dos estados mais desenvolvidos da federação, destaca-se pelos índices inquietantes de desigualdade social.

Conquanto o crescimento econômico e a expansão dos programas sociais permitirem amenizar desigualdades históricas da sociedade brasileira, os municípios que integram o Território do Contestado apresentam, hodiernamente, alguns dos mais baixos índices de desenvolvimento humano do Estado de Santa Catarina (IBGE, 2010), de acordo com sua classificação no IDHM (Índice de Desenvolvimento Humano dos Municípios), compondo um bolsão de pobreza e exclusão.

É preciso salientar que países ou territórios caracterizados pela vigência de uma matriz produtiva baseada no extrativismo, apresentam carências no setor exportador, impossibilitando a obtenção de excedentes em divisas, visando a execução de investimentos em infraestrutura e nos setores básicos da sociedade. No Território do Contestado, manifestam-se essas carências. Suas exportações resultam de produtos primários provenientes da agricultura e das atividades das indústrias extrativistas, mormente a silvicultura direcionada à produção de celulose. Todavia, nesses setores – vinculados à produção de commodities – os preços são controlados pelos países dominantes ou por grandes corporações. Por conseguinte, dada a necessidade de exploração maciça dos recursos naturais, eleva-se a concentração fundiária e se produz acentuado impacto ambiental, especialmente a degradação do solo e dos mananciais, gerando, em contrapartida, retorno econômico desproporcional à sociedade do entorno.

Dentre as conseqüências deste modelo extrativista, sobrevém um incisivo processo de concentração da propriedade da terra. Sejam os grandes proprietários rurais, sejam as ingentes empresas multinacionais, ambos procuraram expandir seu domínio fundiário, para fins de ampliação da cultura de grãos (especialmente a soja) e da silvicultura.

Neste ínterim, cabe indagar: é plausível afirmar que na região do Planalto Norte Catarinense, na qual se insere parcela significativa do Território do Contestado, permanece o domínio fundiário, que outrora, desde o século XIX, motivara, em parte, o surgimento de um movimento social cujos desdobramentos culminaram com a deflagração da Guerra do Contestado?

Com o intuito de responder a esta questão, torna-se necessário prospectar informações acerca da estrutura fundiária na região do Planalto Norte Catarinense, na qual se insere parcela significativa do Território do Contestado. Para a execução deste intento, é assaz convenient-

te promover uma análise comparativa, mediante o procedimento de confrontar os dados específicos da região do Planalto Norte Catarinense com os correspondentes dados de estrutura fundiária pertinentes à região Oeste Catarinense, possibilitando, assim, a obtenção de indicadores consistentes sobre a real situação do domínio fundiário na região do Planalto Norte Catarinense.

A partir da análise de dados adaptados por MELLO et. al. (2005) e SOUZA et. al. (2005), por sua vez provenientes de censos agropecuários do IBGE realizados nos anos de 1975, 1985 e 1995/1996, é possível elaborar um perfil de distribuição da área ocupada de acordo com as dimensões das propriedades rurais e, assim procedendo, extrair conclusões gerais sobre a estrutura fundiária no Planalto Norte Catarinense.

Nos quadros 1 e 2 descreve-se, em termos de Análise Vertical, a evolução da distribuição de área ocupada de acordo com as dimensões das propriedades, comparativamente nas regiões do Planalto Norte Catarinense e Oeste Catarinense:

Quadro 1 – Análise vertical referente evolução da distribuição da área ocupada no Planalto Norte Catarinense:

DIMENSÕES DAS PROPRIEDADES RURAIS	PLANALTO NORTE CATARINENSE					
	1975	AV(%)	1985	AV(%)	1995	AV(%)
Menos de 10 hectares	21.322	2,8%	28.345	3,3%	23.208	3,5%
De 10 a 100 hectares	335.756	44,3%	348.664	41,1%	256.640	39,1%
De 100 a 1000 hectares	266.589	35,2%	304.207	35,9%	229.113	34,9%
Mais de 1000 hectares	134.539	17,7%	166.338	19,6%	147.968	22,5%
Total	758.206	100,0%	847.554	100,0%	656.929	100,0%

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de adaptações realizadas por MELLO et. al. (2005) e SOUZA et. al. (2005) em dados dos censos agropecuários de 1975, 1985 e 1995/96 (IBGE, 1979; IBGE, 1988; IBGE, 1998).

Quadro 2 – Análise vertical referente evolução da distribuição da área ocupada no Oeste Catarinense:

DIMENSÃO DAS PROPRIEDADES RURAIS	OESTE CATARINENSE					
	1975	AV(%)	1985	AV(%)	1995	AV(%)
Menos de 10 hectares	135.962	9,1%	197.478	12,3%	151.732	10,0%
De 10 a 100 hectares	1.065.308	71,0%	1.080.596	67,3%	1.026.083	67,5%
De 100 a 1000 hectares	182.795	12,2%	204.751	12,8%	228.082	15,0%
Mais de 1000 hectares		7,8%		7,6%		7,5%

res	117.001		122.110		113.667	
Total	1.501.066	100,0%	1.604.935	100,0%	1.519.564	100,0%

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de adaptações realizadas por MELLO et. al. (2005) e SOUZA et. al. (2005) em dados dos censos agropecuários de 1975, 1985 e 1995/96 (IBGE, 1979; IBGE, 1988; IBGE, 1998).

Examinando conjuntamente os quadros 1 e 2, que evidenciam, através de análise vertical – AV(%) – os percentuais de distribuição da área ocupada nas regiões do Planalto Norte Catarinense e do Oeste Catarinense, verifica-se, no que concerne ao Planalto Norte Catarinense, um incremento na proporção da área ocupada por propriedades com menos de 10 hectares. Conforme Quadro 1, iniciando-se, no ano de 1975, com a proporção de 2,8%, elevou-se para 3,3% e 3,5%, nos anos de 1985 e 1995, respectivamente. Este padrão não se verifica em relação as propriedades cujas dimensões situam-se na categoria entre 10 até 100 hectares, pelo contrário; observa-se uma contínua redução na proporção de participação desta categoria no perfil de distribuição da área ocupada. Contudo, há que se destacar o acentuado incremento na proporção de distribuição da área ocupada no que tange as propriedades com dimensões superiores a 1000 hectares, pois, enquanto no ano de 1975 a proporção correspondia a 17,7%, no ano de 1985 elevou-se para 19,6% e, no último ano desta série, ano de 1995, atingiu uma proporção de 22,5%. Entretanto, o quadro 2 demonstra que, na região Oeste Catarinense, vem reduzindo a proporção de participação das propriedades com dimensões superiores a 1000 hectares, comportamento antagônico ao observado na região do Planalto Norte Catarinense. Em decorrência desta análise, obtém-se um primeiro indicativo acerca da manifestação do processo de domínio fundiário, ou, em outros termos, do processo de concentração da propriedade da terra no Planalto Norte Catarinense.

Nos quadros 3 e 4, descreve-se, em termos de Análise Horizontal, a evolução da distribuição de área ocupada de acordo com as dimensões das propriedades, comparativamente nas regiões do Planalto Norte Catarinense e Oeste Catarinense:

Quadro 3 – Análise horizontal referente evolução da distribuição da área ocupada no Planalto Norte Catarinense:

DIMENSÕES DAS PROPRIEDADES RURAIS	PLANALTO NORTE CATARINENSE					
	1975	AH(%)	1985	AH(%)	1995	AH(%)
Menos de 10 hectares	21.322	100,0%	28.345	132,9%	23.208	108,8%

De 10 a 100 hectares	335.756	100,0%	348.664	103,8%	256.640	76,4%
De 100 a 1000 hectares	266.589	100,0%	304.207	114,1%	229.113	85,9%
Mais de 1000 hectares	134.539	100,0%	166.338	123,6%	147.968	110,0%
Total	758.206	100,0%	847.554	111,8%	656.929	86,6%

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de adaptações realizadas por MELLO et. al. (2005) e SOUZA et. al. (2005) em dados dos censos agropecuários de 1975, 1985 e 1995/96 (IBGE, 1979; IBGE, 1988; IBGE, 1998).

Quadro 4 – Análise horizontal referente evolução da distribuição da área ocupada no Oeste Catarinense:

DIMENSÃO DAS PROPRIEDADES RURAIS	OESTE CATARINENSE					
	1975	AH(%)	1985	AH(%)	1995	AH(%)
Menos de 10 hectares	135.962	100,0%	197.478	145,2%	151.732	111,6%
De 10 a 100 hectares	1.065.308	100,0%	1.080.596	101,4%	1.026.083	96,3%
De 100 a 1000 hectares	182.795	100,0%	204.751	112,0%	228.082	124,8%
Mais de 1000 hectares	117.001	100,0%	122.110	104,4%	113.667	97,2%
Total	1.501.066	100,0%	1.604.935	106,9%	1.519.564	101,2%

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de adaptações realizadas por MELLO et. al. (2005) e SOUZA et. al. (2005) em dados dos censos agropecuários de 1975, 1985 e 1995/96 (IBGE, 1979; IBGE, 1988; IBGE, 1998).

Ao proceder a análise conjunta dos quadros 3 e 4, que evidenciam os percentuais de evolução focalizando-se na Análise Horizontal AH(%), isto é, análise que considera como base de comparação o primeiro ano da série (1975), observa-se um incremento de área efetiva ocupada por propriedades rurais enquadradas na categoria de “Menos de 10 hectares”. Conforme quadro 3, a área ocupada por propriedades com menos de 10 hectares, no Planalto Norte Catarinense, elevou-se 32,9% no ano de 1985, e, no ano de 1995, apresentava um incremento de 8,8% em relação ao ano-base de 1975. Da mesma forma, o quadro 4 evidencia que na região Oeste Catarinense também ocorreu um incremento nesta categoria de dimensão de propriedade rural. Ao adotar este procedimento, que considera a comparabilidade de dados

análogos, obtém-se novas perspectivas sobre a realidade da estrutura fundiária no Planalto Norte Catarinense.

A partir dos dados descritos nos quadros 3 e 4, observa-se um padrão recorrente na distribuição da área ocupada por propriedades situadas nas categorias “Menos de 10 hectares” e “De 10 a 100 hectares”; ou seja, em ambas as regiões do Planalto Norte Catarinense e do Oeste Catarinense, verifica-se um incremento na área ocupada por propriedades com menos de 10 hectares e uma redução na área ocupada por propriedades situadas na categoria de 10 até 100 hectares. Não obstante, constata-se um comportamento divergente quando compara-se a proporção de área ocupada por propriedades com dimensões superiores a 1000 hectares, pois, enquanto no Planalto Norte Catarinense vem ocorrendo um contínuo aumento na proporção de participação desta categoria, no Oeste Catarinense há um comportamento oposto, isto é, uma redução na proporção de área ocupada por propriedades com dimensões superiores a 1000 hectares.

Os quadros 5 e 6 especificam as relações entre quantidades de propriedades e as correspondentes áreas ocupadas nas regiões do Planalto Norte Catarinense e do Oeste Catarinense.

Quadro 5 – Quantidade de Propriedades versus Área Ocupada - Planalto Norte Catarinense – Ano de 1995:

DIMENSÃO DAS PROPRIEDADES RURAIS	No. PROPRIEDADES		ÁREA OCUPADA	
	Distribuição	Frequência Acumulada	Distribuição	Frequência Acumulada
Menos de 10 hectares	32,6%	32,6%	3,5%	3,5%
De 10 a 100 hectares	59,9%	92,5%	39,1%	42,6%
De 100 a 1000 hectares	7,0%	99,5%	34,9%	77,5%
Mais de 1000 hectares	0,5%	100,0%	22,5%	100,0%

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de adaptações realizadas por MELLO et. al. (2005) e SOUZA et. al. (2005) em dados dos censos agropecuários de 1975, 1985 e 1995/96 (IBGE, 1979; IBGE, 1988; IBGE, 1998).

Quadro 6 – Quantidade de Propriedades versus Área Ocupada - Oeste Catarinense – Ano de 1995:

DIMENSÃO DAS	No. PROPRIEDADES	ÁREA OCUPADA
--------------	------------------	--------------

PROPRIEDADES RURAIS	Distribuição	Frequência Acumulada	Distribuição	Frequência Acumulada
Menos de 10 hectares	35,7%	35,7%	10,0%	10,0%
De 10 a 100 hectares	62,9%	98,6%	67,5%	77,5%
De 100 a 1000 hectares	1,4%	99,9%	15,0%	92,5%
Mais de 1000 hectares	0,1%	100,0%	7,5%	100,0%

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de adaptações realizadas por MELLO et. al. (2005) e SOUZA et. al. (2005) em dados dos censos agropecuários de 1975, 1985 e 1995/96 (IBGE, 1979; IBGE, 1988; IBGE, 1998).

Analisando os quadros 5 e 6, que especificam, para o ano de 1995, as relações entre quantidades de propriedades e as correspondentes áreas ocupadas nas regiões do Planalto Norte Catarinense e do Oeste Catarinense, constata-se, de modo contundente, os percentuais acumulados verificados para propriedades enquadradas na categoria de dimensão até 100 hectares. A partir do quadro 5, observa-se que na região do Planalto Norte Catarinense as propriedades com dimensões inferiores a 100 hectares representavam 92,5% do total de propriedades, porém correspondiam a apenas 42,6% da área ocupada. Por outro lado, a partir do quadro 6, observa-se que na região Oeste Catarinense, as propriedades com dimensões inferiores a 100 hectares representavam 98,6% do total de propriedades, contudo, correspondiam a expressivos 77,5% da área ocupada.

Embora se vislumbre, a partir das análises, uma elevação na proporção de participação das propriedades com dimensões inferiores a 10 hectares, tal fato é celeremente obliterado diante da constatação que vem reduzindo a proporção de participação de propriedades com dimensões inferiores a 100 hectares, pois, a partir do Quadro 1, somando-se os percentuais das categorias “Menos de 10 hectares” e “De 10 a 100 hectares”, constata-se que tais categorias representavam, no ano de 1975, 47,1% da área ocupada, reduzindo para 44,5% no ano de 1985 e 42,6% no ano de 1995. Além disso, estas proporções são profundamente contrastadas pela análise comparativa com a região Oeste Catarinense, haja vista que, a partir do Quadro 2, efetuando o somatório de percentuais, verifica-se que na região Oeste Catarinense o perfil de participação das propriedades com dimensões inferiores a 100 hectares assumem proporções de 80%, 79,6% e 77,5% da área ocupada, para os anos de 1975, 1985 e 1995, respectivamente, evidenciando um incisivo processo de concentração da propriedade da terra na região do Planalto Norte Catarinense. A propósito, esta última conclusão é corroborada pela acentuada variação na proporção de propriedades situadas na categoria de “Mais de 1000 hec-

tares”. De fato, observando-se conjuntamente os quadros 1 e 2, verifica-se, para a categoria “Mais de 1000 hectares, em relação a região do Planalto Norte Catarinense, proporções correspondentes a 17,7%, 19,6% e 22,5% da área ocupada, para os anos de 1975, 1985 e 1995, respectivamente, suscitando perturbador contraste de comportamento em relação a região Oeste Catarinense, para a qual se demonstra uma contínua redução das proporções, 7,8%, 7,6% e 7,5%, nos anos de 1975, 1985 e 1995, respectivamente.

Portanto, depreende-se, em termos de proporções de participação no perfil de distribuição da área ocupada, que na região do Planalto Norte Catarinense vem aumentando a proporção de propriedades rurais com dimensões superiores a 1000 hectares, e, inversamente, reduzindo a participação de propriedades com dimensões inferiores a 100 hectares. Assim, a título de exemplo, visualiza-se que no ano de 1995 havia, na região do Planalto Norte Catarinense, uma proporção três vezes maior de propriedades enquadradas na categoria “Mais de 1000 hectares” em relação a região Oeste Catarinense, pois no Planalto Norte Catarinense as propriedades com mais de 1000 hectares representavam uma proporção de 22,5% da área ocupada, enquanto que na região Oeste Catarinense representavam uma proporção de apenas 7,5% da área ocupada.

De todo o exposto anteriormente, a partir da indagação inicial sobre a permanência do processo de domínio fundiário que há séculos assola o Território do Contestado, obtém-se como resposta, embasada nas análises precedentes, uma afirmativa, pois os indicativos supramencionados apontam para o fato de que, nas últimas décadas, especificamente na região do Planalto Norte Catarinense, na qual se insere parcela significativa do Território Contestado, o processo de domínio fundiário, além de historicamente instalado, vem se agravando.

As disputas fundiárias foram muito importantes para o surgimento do movimento social conhecido por movimento sertanejo do Contestado, motivando o embate entre posseiros e coronéis no norte da região contestada, a disputa de limites entre Paraná e Santa Catarina – o que agravou a tensão social em toda a área sob litígio – e o conflito de pequenos e médios proprietários contra o capital estrangeiro, especialmente a *Lumber Company*, que outrora, a mais de um século, já exercia ferrenho e violento domínio fundiário no Território do Contestado.

REFERÊNCIAS

ASSUMPCÃO, Herculano T. **A campanha do Contestado**, vol. 1. Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado de Minas, 1917.

BLOCH, Marc. **Apologia da História ou o ofício do historiador**. Rio de Janeiro. Jorge Zahar Editor, 2002.

CARVALHO, M. M. X. **Uma grande empresa em meio à floresta: a história da devastação da floresta com araucária e a *Southern Brazil Lumber and Colonization (1870-1970)***. Tese (Doutorado em História). Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2010.

CHAUVEAU, A., TÉTART, P. (Orgs.). **Questões para a história do presente**. Bauru, SP: EDUSC, 1999.

CORTINA, N. Estudos Básicos Regionais do Oeste Catarinense. In... DUFLOTH, J.H.; CORTINA, N; VEIGA, M. da; MIOR, L.C. (Org.). **Estudos Básicos Regionais de Santa Catarina**. Florianópolis: EPAGRI, 2005. 79p.

LEAL, V. N. **Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil**, 2ª Ed. São Paulo: Alfa-Ômega, 1975.

MACHADO, P. P. **Lideranças do Contestado: a formação das chefias caboclas (1912-1916)**. Campinas, SP. Editora da Unicamp, 2004.

MARTINS, J. S. **Fronteira: a degradação do outro nos confins do humano**. São Paulo: Contexto, 2009.

MELLO E SOUZA, Antônio Cândido. **Os Parceiros do Rio Bonito: estudos sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida**. São Paulo: Duas Cidades, 2001.

MELLO, M. A.; TESTA, V. M.; SILVESTRO, M. L.; FERRARI, D. L.; DORIGON, C.; O PALMENSE, jornal, edição. 05 de Novembro de 1911. Biblioteca Pública do Estado do Paraná.

PEIXOTO, Demerval. **Campanha do Contestado: episódios e impressões**. Rio de Janeiro, 1916.

SOUZA, A. M. A estrutura fundiária do Território Planalto Norte–SC: Um produto das especificidades históricas. In: **Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural (SOBER)**, 2009.

TOMPOROSKI, A. A Os costumes no planalto catarinense: dos embates no movimento sertanejo do Contestado à luta contra as imposições do capital estrangeiro (1912-1919). **Revista Brasileira de História & Ciências Sociais – RBHCS**, Vol. 7, Nº 14, p.27-56, dez.2015.

_____. **O polvo e seus tentáculos**. A Southern Brazil Lumber and Colonization Company e as transformações impingidas ao planalto contestado, 1910-1940. Tese (Doutorado em História). Florianópolis: UFSC, 2013.

VINHAS DE QUEIROZ, M. **Messianismo e conflito social: a guerra sertaneja do Contestado (1912-1916)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.